

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

MARTIELE RODRIGUES MATOSO

**MULHERES COM DEFICIÊNCIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DO COLETIVO HELEN KELLER**

São Borja

2024

MARTIELE RODRIGUES MATOSO

**MULHERES COM DEFICIÊNCIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DO COLETIVO HELEN KELLER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Paula Daniele Pavan

São Borja

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Matoso, Martiele Rodrigues
MULHERES COM DEFICIÊNCIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO COLETIVO HELEN KELLER / Martiele Rodrigues Matoso. – 2024.

55 p.

Orientadora: Paula Daniele Pavan

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, BACHAREL EM RELAÇÕES PÚBLICAS, Campus São Borja, 2024.

1. Mulheres com Deficiência. 2. Análise do Discurso. 3. Relações Públicas Comunitárias. 4. Feminismo I. Título.

MARTIELE RODRIGUES MATOSO

**MULHERES COM DEFICIÊNCIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DO COLETIVO HELEN KELLER**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Públicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Públicas.

TCC defendido e aprovado em: 13/08/2024

Banca examinadora:

Profa. Dra. Paula Daniele Pavan

Orientadora
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Carmen Regina Abreu Gonçalves

(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Marcela Guimarães e Silva
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **PAULA DANIELE PAVAN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/08/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CARMEN REGINA ABREU GONCALVES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/08/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARCELA GUIMARAES E SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/08/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1514321** e o código CRC **D4CA55D3**.

Dedico este trabalho a todas aquelas que de alguma forma, direta ou indiretamente me inspiraram e motivaram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço imensamente a minha mãe, por todos os ensinamentos e nunca deixar eu desistir. À minha família, pelo incentivo, apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Sou eternamente grata ao ensino público por tudo que me proporcionou desde o ensino médio. À Paula, minha orientadora. Obrigada pelas trocas e acolhimento, pelo conhecimento compartilhado, por me apresentar o universo da AD e fazer eu observar a realidade com outros olhos, mas principalmente, por incentivar a continuar pesquisando. À Lívia, querida professora, agradeço por me apresentar as Relações Públicas Comunitárias e sobretudo pela partilha pessoal e profissional. A todas as professoras maravilhosas e inspiradoras do curso de Relações Públicas.

Ao professor William, que através das suas aulas de libras, plantou em mim a inquietude e me fez ir atrás e desenvolver essa pesquisa que se tornou muito significativa para mim, sobre mulheres com deficiência. Aos meus amigos e colegas de universidade pelas trocas e por todos os momentos que passamos juntos.

Ao Saymom, meu amor, companheiro e testemunha de tudo e todo esse ciclo. Obrigada pelo abraço de sempre nos piores momentos, pelo cuidado, por ler e reler todo e qualquer trabalho que eu desenvolvia, pelo incentivo e motivação diária. Por fim, sou grata ao Coletivo Helen Keller por me fazer questionar e levantar essa bandeira. Afinal, seu feminismo reconhece as mulheres com deficiência?

“Sozinhas, pouco podemos fazer; juntas, podemos fazer muito!”.

Helen Keller

RESUMO

A temática da violência de gênero perpassa os debates políticos e sociais da luta feminista ao longo da história, abordar essa temática dentro do contexto de mulheres com deficiência é imprescindível, visto que esta parcela da população torna-se mais suscetível a sofrer algum tipo de violência em decorrência de sua deficiência. Com isso, este trabalho tem por objetivo compreender de que modo o Coletivo Helen Keller para mulheres com deficiência utiliza das mídias digitais para combater essa violência de gênero. Sendo assim, este trabalho se construiu a partir de conceitos fundamentais como em um primeiro momento as relações públicas digitais e a comunicação popular, para logo conceituarmos: deficiência, violência de gênero, cidadania digital, entre outros. Diante disso, através da Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux, foi possível considerar, por meio dos recortes selecionados, que para o Coletivo a palavra “inclusão” refere-se à socialização, promovendo a interação dos sujeitos com a sociedade e não a exclusão de seu convívio com os demais. Do mesmo modo, foi possível considerar, por meio da AD, a forte presença da Formação Discursiva Machista, que, no decorrer do tempo, vem oprimindo mulheres com deficiência, mas é, através do movimento que o Coletivo faz nas mídias digitais, que esse discurso pode ser combatido através da busca por mais espaços de fala para mulheres com deficiência.

Palavras-Chave: Feminismo, Mulheres com Deficiência, Análise de Discurso, Cidadania Digital, Comunicação Popular, Relações Públicas Comunitárias.

ABSTRACT

The theme of gender violence permeates the political and social debates of the feminist struggle throughout history, addressing this issue within the context of women with disabilities is essential, as this portion of the population becomes more susceptible to suffering some type of violence as a result of his disability. Therefore, this work aims to understand how the Helen Keller Collective for women with disabilities uses digital media to combat gender-based violence. Therefore, this work was built on fundamental concepts such as digital public relations and popular communication, before conceptualizing: disability, gender violence, digital citizenship, among others. In view of this, through Michel Pêcheux's Discourse Analysis (DA), it was possible to consider, through the selected excerpts, that for the Collective the word "inclusion" refers to socialization, promoting the interaction of subjects with society and not exclusion from socializing with others. Likewise, it was possible to consider, through DA, the strong presence of Machista Discursive Formation, which, over time, has been oppressing women with disabilities, but it is, through the movement that the Collective makes in digital media, that this speech can be combated by seeking more speech spaces for women with disabilities.

Keywords: Feminism, Women with Disabilities, Discourse Analysis, Digital Citizenship, Popular Communication, Community Public Relations.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---------------|----|
| Figura 1..... | 15 |
| Figura 2..... | 19 |
| Figura 3..... | 19 |
| Figura 4..... | 20 |
| Figura 5..... | 22 |
| Figura 6..... | 22 |
| Figura 7..... | 23 |

LISTA DE ABREVIATURAS

AD. – Análise do Discurso

FD. – Formação Discursiva

RP. – Relações Públicas

P. – Páginas

IBGE. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG. – Organização não governamental

PcD. – Pessoas com Deficiência

LISTA DE SIGLAS

Sinan - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUMÁRIO

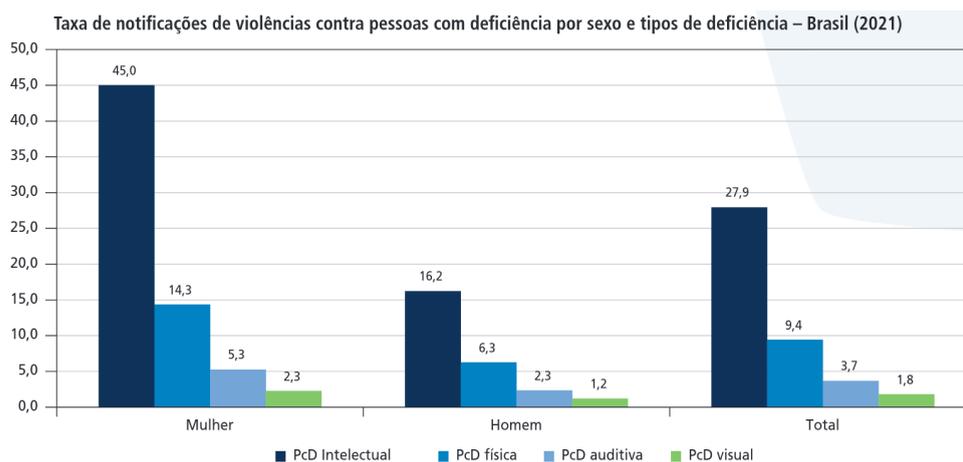
| | | |
|----------|-----------------------------|---|
| 1 | INTRODUÇÃO | |
| 2 | CONTEXTUALIZAÇÃO | |
| | 2.1 | Relações Públicas no terceiro setor.....21 |
| | 2.2 | Deficiência e Violência de Gênero.....25 |
| | 2.3 | Força e Inclusão: A História entrelaçada da Luta Feminista e das Mulheres com Deficiência no Brasil..... 27 |
| | 2.4 | Helen Keller e a Criação do Coletivo..... 30 |
| | 2.5 | Cidadania e Cidadania Digital..... 33 |
| 3 | METODOLOGIA | |
| | 3.1 | Análise Do Discurso..... 36 |
| 4 | ANÁLISES | |
| | 4.1 | Recorte 1 (violências cotidianas)..... 39 |
| | 4.2 | Recorte 2 (relatos pessoais)..... 42 |
| | 4.3 | Recorte 3 (Violência estrutural presente no ensino brasileiro)..... 45 |
| | 4.4 | Sínteses das análises..... 49 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | |
| | REFERÊNCIAS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero, além de ser um dos principais temas da luta feminista, é um assunto recorrente nos debates políticos e sociais tanto no Brasil, como em muitos outros países ao longo dos anos. Com uma população de aproximadamente 210.077.254 habitantes, sendo 48,1% homens e 51,9% mulheres (Painel de Violência contra Mulheres, 2019), o Brasil enfrenta desafios significativos quando o tema é violência de gênero. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, entre esses 210 milhões de habitantes, existem cerca de 17.258 pessoas com deficiência, sendo 6.720 homens e 10.538 mulheres.

A Figura 1 ilustra a taxa dessa diferença citada acima no ano de 2021, retirada do Atlas da Violência de 2023 do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diante desses números, surge a questão: como um país com uma maior predominância de mulheres (com e sem deficiência) pode apresentar cerca de 209.580 registros de violência física contra mulheres em 2017, conforme reportado pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e divulgado pelo site Gênero e Número¹?

Figura 1



Fontes: Microdados do Sinan 2021 e IBGE 2021.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Obs.: 1. Os dados de 2021 são preliminares e foram divulgados em junho de 2023.

2. Número de notificações por 10 mil pessoas com deficiência.

3. Não inclui as violências registradas em que o autor presumido é a própria vítima.

4. Se um indivíduo tiver mais de uma deficiência, ele será contado em todas elas, seja na notificação da violência, seja na população.

Fonte:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>

Acesso em: 19/06/2024.

¹ Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/> Acesso em: 15/08/2024.

O Brasil enfrenta muitos desafios em relação aos canais e políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, sendo esses desafios ainda maiores quando se trata de mulheres com deficiência. Embora esses canais tenham evoluído ao longo dos anos, a pandemia de Covid-19, o distanciamento social e as medidas de restrição de movimentos causaram uma diminuição nos registros de casos de violência. De acordo com o Painel de Violência contra a Mulher do Senado Federal², em 2019, nenhum boletim de ocorrência foi registrado. Contudo, em 2020, 86% das pessoas com deficiência que sofreram violência sexual eram mulheres, totalizando 2.640 casos, segundo o site Gênero e Número³.

Frente a isso, este trabalho busca discutir a problemática da violência de gênero, com foco nas mulheres com deficiência, analisando como o Coletivo Feminista Helen Keller utiliza as mídias sociais para combater a violência e facilitar o acesso à informação, promovendo a cidadania digital e auxiliando mais mulheres.

Para tanto, inicialmente, fizemos uma breve contextualização com base em dados sobre a violência de gênero e também apresentamos um levantamento sobre o contexto das pesquisas atuais sobre as temáticas abordadas no decorrer deste trabalho, para então contextualizarmos sobre o papel das relações públicas no terceiro setor, com foco no Coletivo, ainda na contextualização trouxemos um breve contexto sobre deficiência e sua relação com a violência de gênero, a história do feminismo no Brasil e a luta das mulheres com deficiência, para então ser apresentada Helen Keller e o Coletivo. Após, abordamos sobre a cidadania e cidadania digital.

Na sequência, partindo para a metodologia, utilizamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso Materialista de Michel Pêcheux, tendo como principal referência a obra "Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos" de Eni P. Orlandi para analisarmos algumas postagens do Coletivo. O foco será na produção de sentidos a partir dos conceitos de língua, sujeito, história, formação discursiva e relações de poder.

² Disponível em:

<https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=OVS%40www9&anonymous=true> Acesso em: 12/06/2023.

³ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-sexual-mulheres-deficiencia/> Acesso em: 15/08/2024.

Compreendermos essa problemática da violência de gênero contra mulheres com deficiência é essencial e justifica-se pois essas mulheres enfrentam mais riscos e são mais vulneráveis a diversos tipos de violência: física, moral, sexual, entre outras. E embora existam inúmeros canais de combate à violência, como delegacias de polícia, centros de atendimento a mulheres e ONGs, a falta de informação e divulgação desses canais resultou em um aumento significativo de casos durante a pandemia. Movimentos sociais têm usado suas vozes para informar e compartilhar histórias em meio a esse momento crítico, destacando a importância dos canais de comunicação, especialmente os digitais, na propagação de suas mensagens.

Então, este trabalho visa mostrar como o Coletivo Feminista Helen Keller utiliza as mídias digitais para informar sobre a luta anticapacitista e criar uma rede de apoio, promovendo um canal de diálogo sobre cidadania, violência e gênero. Assim, são analisados alguns recortes de publicações do perfil do Coletivo no Instagram, considerando conceitos de formação discursiva, posição-sujeito e memória, para mapear os sentidos da palavra "inclusão" para o Coletivo e analisar a sua relação com o desenvolvimento da cidadania digital, além de identificar como ocorre a divulgação da luta feminista de mulheres com deficiência.

A luta feminista tem conquistado diversos avanços políticos e sociais ao longo da história e abordar a luta das mulheres com deficiência nas mídias sociais é fundamental para compreender essas narrativas e questionar nosso papel na sociedade como feministas e cidadãos em busca de equidade. É crucial lutar por uma sociedade menos capacitista⁴, que reconheça e forneça melhores condições e políticas públicas para mulheres com deficiência.

Sabemos que ainda há muitas lacunas a serem discutidas e direitos a serem conquistados no debate sobre a luta feminista. É importante considerar que a questão das mulheres com deficiência muitas vezes não recebe a devida atenção. O movimento feminista é plural, com diversas correntes e linhas de pensamento, mas quando se destaca a questão das mulheres com deficiência, notamos sua importância e abrangência. Como apresentado no Guia Feminista Helen Keller

⁴ “O termo “capacitismo” serve para designar as discriminações baseadas numa lógica de capacidade dos corpos. Nesse sentido, os corpos que mais sofrem opressão por capacitismo são os corpos com lesões e impedimentos. O capacitismo se expressa em ações, atitudes e concepções sobre os corpos e sobre deficiência tanto de maneira explícita, como implícita.” (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p. 24)

(2020, p. 6), a luta abrange mulheres negras, LBTs, vivendo com HIV/Aids, indígenas, gordas, entre outras, cada qual com sua singularidade. Trazer essas pautas para as discussões sociais é fundamental para garantir direitos a todos, proporcionando acesso igualitário a emprego, saúde, recursos e participação pública, alcançando a cidadania plena.

No contexto acadêmico, é evidente a necessidade de discutir essa temática. Durante as pesquisas para a elaboração deste trabalho, foi possível notar a escassez de produções acadêmicas sobre a temática aqui pesquisada. Desse modo, busquei trazer como exemplo algumas buscas feitas no *Capes Periódicos* com o intuito de compreender o real número de pesquisas que englobam os temas aqui abordados.

Com isso, foi possível identificar que, conforme *Figura 2*, ao pesquisar “*violência de gênero*” entre o período de 2001 e 2024, tivemos um total de 8.427 publicações que envolviam o tema. Quando o assunto é “*Mulheres com deficiência*”, ainda no mesmo período, o número de publicações diminuiu para 569, conforme *Figura 3*. Por último, foram buscadas as seguintes palavras-chave “*violência de gênero de mulheres com deficiência*”, conforme a *Figura 4*, através da qual notamos que o número de pesquisas caiu ainda mais, tendo um total de 21 publicações, porém somente nos períodos de 2016 a 2024.

Sendo assim, entendemos que se faz ainda mais necessária a elaboração deste trabalho a fim de que esses assuntos tão pertinentes possam estar ainda mais presentes nas discussões acadêmicas. Muitas questões permanecem abertas, como a pouca existência de pesquisas acadêmicas sobre o tema, a falta de divulgação dessas pesquisas, e quem são os comunicadores e pesquisadores que abordam a análise discursiva de mulheres com deficiência. Essas questões, mesmo com publicações e profissionais trabalhando na área, ainda carecem de respostas claras.

Em síntese, levantar a temática das mulheres com deficiência para as discussões de Análise de Discurso e do campo da comunicação, em especial da comunicação popular e das Relações Públicas, é colaborar com os movimentos sociais, sensibilizando a sociedade sobre a violência de gênero contra mulheres com deficiência e refletindo sobre estereótipos e preconceitos, visando incluir ativamente essas mulheres nas discussões de acesso e promoção de sua autonomia. Tornando

possível, deste modo, a geração de espaços para discussões, permitindo que mulheres com deficiência compartilhem suas histórias, criem um senso de comunidade e apoio mútuo, fortalecendo espaços de suporte emocional e empoderamento.

Figura 2

The screenshot shows the CAPES Periódicos website interface. The search bar contains the text "Olá. violência de gênero". The search results are displayed as follows:

| Acesso aberto | |
|---------------------------|------|
| <input type="radio"/> Sim | 6636 |
| <input type="radio"/> Não | 1791 |

| Tipo do recurso | |
|---|------|
| <input type="checkbox"/> Artigo | 8393 |
| <input type="checkbox"/> Paralelo | 20 |
| <input type="checkbox"/> Editorial | 14 |
| <input type="checkbox"/> Escrita de livro | 8 |

The main search result is an article titled "Violência de gênero en el ámbito universitario. Medidas para su superación." by Consol Aguilar, María José Alonso Olea, Patricia Melgar Alcatud, and Silvia Molina Roldán. The article abstract discusses the results of the first investigation on gender violence in Spanish universities.

Fonte: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 17/08/2024.

Figura 3

The screenshot shows the CAPES Periódicos website interface. The search bar contains the text "Olá. mulheres com deficiência". The search results are displayed as follows:

| Acesso aberto | |
|---------------------------|-----|
| <input type="radio"/> Sim | 498 |
| <input type="radio"/> Não | 71 |

| Tipo do recurso | |
|------------------------------------|-----|
| <input type="checkbox"/> Artigo | 586 |
| <input type="checkbox"/> Editorial | 3 |

The main search result is an article titled "Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde" by Stélla Maris Nicolau, Lília Blima Schraiber, and José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres. The article abstract discusses the violation of the same: women and people with disability.

Fonte: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 17/08/2024.

Figura

4

The screenshot shows the search results page on the CAPES .periodicos.gov.br website. The search query is "violência de gênero de mulheres com deficiência". The results are displayed in a list format, with the first result being an article titled "Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência" by Regina Lucia Passos, Fernando Tolles, and Maria Helena Barros de Oliveira. The article is marked as "Acesso aberto" (Open Access). The search results are filtered by "Acesso aberto" (Open Access) and "Tipo do recurso" (Type of resource). The search results are displayed in a list format, with the first result being an article titled "Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência" by Regina Lucia Passos, Fernando Tolles, and Maria Helena Barros de Oliveira. The article is marked as "Acesso aberto" (Open Access). The search results are filtered by "Acesso aberto" (Open Access) and "Tipo do recurso" (Type of resource).

gov.br Ministério da Educação/CAPES

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

CAPES .periodicos.gov.br Sobre Acervo Treinamentos Informativos Ajuda Meu espaço

Você tem acesso ao conteúdo gratuito do Portal de Periódicos da CAPES
Acesso CAFe

Olá, violência de gênero de mulheres com deficiência

Busca Avançada

Expandir meus resultados Resultados de 1 - 21 para 21 (2,037 segundos):

Acesso aberto

Sim 17

Não 4

Tipo do recurso

Artigo 20

Editorial 1

Artigo Acesso aberto

1 Da **violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência**

Regina Lucia Passos, Fernando Tolles, Maria Helena Barros de Oliveira

... sustentam a **violência** no Brasil: ser mulher e **com deficiência**. Discute-se a forma **de** como a **deficiência** potencializa a invisibilidade social das **mulheres**. O referencial teórico está nos campos da **violência de gênero** e da **deficiência**, nos conceitos **de** feminicídio, no ...

2019 - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde | Saúde em Debate

Revisado por pares

Fonte: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 17/08/2024.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Relações Públicas no terceiro setor

Para compreendermos o papel do profissional de relações públicas (RP) dentro do terceiro setor, mais especificamente, sobre sua contribuição dentro dos coletivos e movimentos sociais, devemos abarcar a partir de seu desenvolvimento, sobre o qual Terra destaca que:

As relações públicas nasceram da necessidade de humanizar as relações entre as pessoas e grupos ameaçados pela distância cada vez maior entre produtores e consumidores, decorrentes do progresso tecnológico motivado pela Revolução Industrial. Visam à integração na opinião pública de conceitos favoráveis em relação às pessoas ou organizações, trabalhando a interpretação e comunicação de informações e idéias e estabelecendo a reciprocidade de interesses ao criar um canal livre de diálogo. (2006, p.46)

As Relações Públicas no 3º setor, também conhecida como Relações Públicas Comunitárias, surge no Brasil, como uma data mais precisa,

em 1980 com o 'IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, que incluiu em seu programa um painel sobre relações públicas a serviço dos interesses da comunidade e dos movimentos sociais organizados, em que sobressaíram, entre outros, José J. Queiroz, Cicilia Krohling Peruzzo e Margarida Krohling Kunsch' (Kunsch, 2007, p.111).

Segundo o autor, “é evidente que a preocupação com a função social das relações públicas não vem de 1980” (2007, p.107), mas foi a partir dessa data que as produções sobre esse tema ganharam destaque.

Nos movimentos sociais, a comunicação desempenha o papel de mecanismo para atender aos interesses da população. Peruzzo define esse papel como “canal de expressão e meio de mobilização e conscientização das populações residentes em bairros periféricos, submetidas à carência de toda espécie” (2007, p.138). Por meio dessa ferramenta, os movimentos sociais ganham força, permitindo à comunidade acessar tanto projetos coletivos de desenvolvimento social quanto a conquista de espaços e o acesso aos direitos básicos de cidadania em áreas de maior necessidade.

Com as diversas mudanças que a era digital trouxe para a sociedade, “a ênfase agora da comunicação comunitária recai em informação, educação, cultura e prestação de serviço”, como pontuado por Peruzzo (2007, p.140). Além disso, assim como organizações e entidades, se adequaram aos novos meios de comunicação

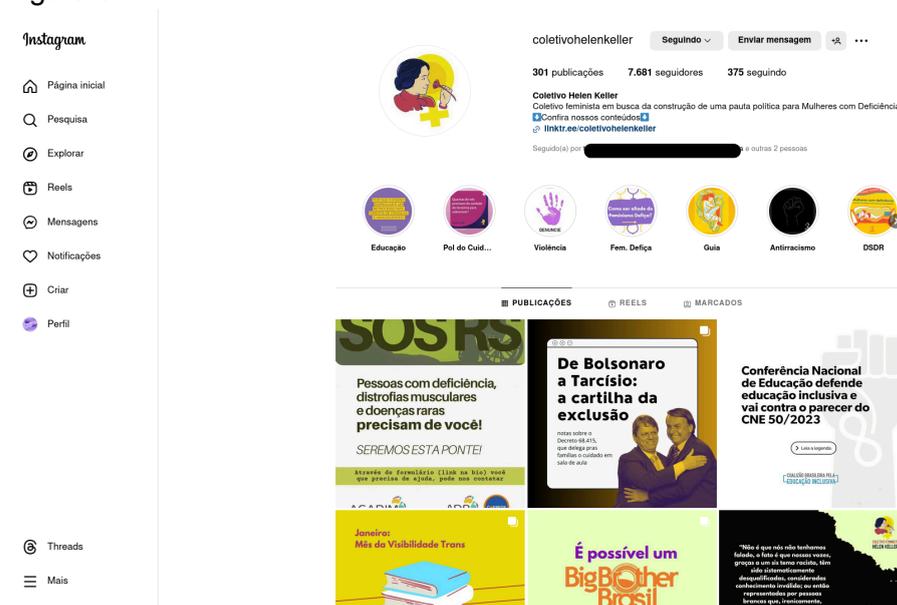
para obter maior visibilidade dos grupos sociais, o coletivo ao migrar do Blog para a plataforma do Instagram adapta-se aos novos meios para a promoção de suas pautas. Um exemplo disso é a mudança de plataforma digital utilizada pelo Coletivo Helen Keller (exemplificado nas figuras 5 e 6), que mostra essa adaptação para um canal de comunicação que proporcionasse maior interação com seu público. Na figura 7, é possível ver a interação por meio de curtidas e comentários, tanto positivos quanto negativos.

Figura 5



Fonte: <<https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/blog/>> Acesso em: 15/05/2024.

Figura 6



Fonte: <<https://www.instagram.com/coletivohelenkeller/>> Acesso em: 15/05/2024.

Figura 7



Fonte: https://www.instagram.com/p/C5bPNb9rSL_/?img_index=1 Acesso em: 15/05/2024.

Em virtude dos processos organizacionais dos movimentos sociais, o profissional de relações públicas assume um papel fundamental no desenvolvimento dos modos de comunicação com os públicos, assim como dentro de uma organização. Como afirmado por Terra

É dentro da corrente social construtivista que acreditamos encontrar-se a midiatização das relações públicas, uma vez que, dada a importância do ambiente digital e de suas ferramentas para o usuário/consumidor/cliente/cidadão, os relacionamentos se alteraram e migraram, em boa parte, para o universo das redes sociais on-line. (2015, p.108)

A diferença está em sua atuação, que se direciona aos públicos de interesse da organização. Enquanto o papel do relações públicas em uma empresa é atender demandas com foco lucrativo, enfatizando a imagem da organização e o produto/serviço que deseja que seu público adquira; na comunicação comunitária, o papel do relações públicas é mostrar o que o movimento social faz e o que busca promover para a sociedade. Isso é essencial para que o público se sinta pertencente às pautas e lutas abordadas, gerando reconhecimento enquanto partes participativas. Conforme destaca Peruzzo: “No âmbito dos movimentos e das organizações populares, objetivos e práticas se entrelaçam em favor de mudanças nas quais prevalece o interesse público” (Peruzzo, 2009, p.5). Esse seria, portanto, o

campo de atuação do profissional de RP no âmbito de um coletivo como o Helen Keller.

2.2 Deficiência e Violência de Gênero

A ligação entre deficiência, violência e gênero é uma questão complexa e multifacetada. Pessoas com deficiência, especialmente mulheres, enfrentaram e ainda enfrentam diversos desafios decorrentes da violência relacionada à sua deficiência e gênero.

Mas, afinal, quem podemos considerar pessoas com deficiência (PcD)? Conforme a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei Brasileira de Inclusão, 2015)

Mesmo assim, é fundamental reconhecermos as percepções discriminatórias que até a lei brasileira para pessoas com deficiência pode ter, tornando o sistema judiciário e as instituições de apoio inadequadamente preparados para atender às necessidades específicas das mulheres com deficiência. Isso promove um discurso excludente e reforça as desigualdades sofridas por grupos minoritários, vide que

No âmbito jurídico, podemos dizer que a principal diferença dos modelos legislativos anteriores é que presumiam a incapacidade pelo simples diagnóstico da deficiência, e a forma de solucionar o “problema” era através da interdição ou curatela, preservando assim a sociedade e os direitos patrimoniais do incapaz. (Karninke; Souza, 2019, p.179)

Historicamente, a deficiência tem sido vista através de uma ótica médica, o que inseriu uma concepção errônea na sociedade sobre as pessoas com deficiência (PcD). Como aponta o Guia Feminista Helen Keller, “Até aproximadamente 1970, no Brasil, a pessoa com deficiência vivia sob tutela da família e do Estado.” (2020, p. 37). Sob essa perspectiva, aqueles que nasciam com alguma deficiência eram frequentemente considerados inferiores, como se essas condições precisassem ser corrigidas ou até mesmo “curadas”. Essas pessoas eram vistas como “incapazes” de realizar certas atividades ou de conquistar seus próprios desejos. É então que

A partir de 1979, quando surgiram as primeiras organizações compostas e geridas por pessoas com deficiência, em sua maioria liderada por mulheres com deficiência, iniciando um movimento político como protagonistas, não sendo mais tuteladas pelo Estado, familiares e especialistas das áreas de saúde e reabilitação. (Guia Feminista Helen Keller, 2020, p. 30)

Existem diversas razões pelas quais mulheres com deficiência são mais suscetíveis à violência de gênero. Estereótipos e preconceitos, muitas vezes baseados em suas aparências, as tornam frequentemente alvos de violência física, moral, psicológica, sexual, entre outras. Além disso, barreiras de comunicação e o acesso limitado à informação dificultam ainda mais para essas mulheres buscarem recursos para combater essas violências. Segundo Mello e Nuernberg:

Embora existam similaridades nas formas de violências sofridas por mulheres com e sem deficiência, há também especificidades que merecem ser avaliadas. O isolamento social, a dependência de educadoras/es, cuidadoras/es e prestadoras/es de serviços, o tipo de deficiência e o grau de funcionalidade associada à deficiência, a impossibilidade de defesa física de algumas pessoas com deficiência e diversos outros impedimentos à percepção e à reação diante do abuso levam a situações de maior risco desse grupo social. (2012, p.647)

A partir dos estudos realizados sobre gênero e deficiência, em meados da década de 90 por teóricas feministas, emerge um modelo social da deficiência que se contrapõe à visão da medicina,

as teóricas feministas, dentre outras contribuições não só aos Estudos sobre Deficiência, mas também ao feminismo, trazem a interseccionalidade da deficiência com outros marcadores sociais (gênero, raça/etnia, classe social, geração, sexualidade, etc) e trocam o valor da independência pela interdependência, argumentando que todas as pessoas são dependentes em algum momento da vida. (Guia Feminista Helen Keller, 2020, p. 38)

Conforme Mello afirma:

A perspectiva social da deficiência, em comparação ao paradigma biomédico, não se foca nas limitações funcionais oriundas da deficiência, mas sim a concebe como o resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno (2014, p. 42).

Dessa forma, como também destacado pela autora, “a deficiência passa a ser um modo de vida, uma possibilidade digna e constituinte da condição humana” (2014, p. 42). Isso significa que, ao adotar uma perspectiva social em vez de médica, a deficiência é vista como uma questão de participação e reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos plenos. Estes cidadãos e cidadãs, além de exercerem seus direitos, podem também reconhecer esses direitos e lutar por eles, participando efetivamente na sociedade.

Nesse contexto, a importância dos estudos focados nessas temáticas se torna evidente, pois contribuem para a compreensão da deficiência, o enfrentamento das barreiras sociais e a luta por políticas públicas efetivas.

Assim, a seguir, abordamos brevemente sobre a luta feminista e o movimento de mulheres com deficiência.

2.3 Força e Inclusão: A História entrelaçada da Luta Feminista e das Mulheres com Deficiência no Brasil

Para iniciarmos as discussões sobre o feminismo no contexto digital e a concepção do coletivo feminista para mulheres com deficiência dentro das mídias digitais, é importante contextualizar brevemente a história do feminismo no Brasil e o movimentos de mulheres com deficiência dentro da luta feminista.

O movimento feminista não apenas no Brasil, mas também globalmente, tem uma série de conquistas e marcos significativos que transformaram e continuam a transformar a história das mulheres na sociedade. Vários aspectos levaram à consolidação desse movimento, incluindo a luta pela independência econômica, através da qual as mulheres começaram a trabalhar remuneradamente e a protestar contra questões como a "tirania dos homens" no casamento, sua infidelidade, brutalidade e abandono (BLAY, 2003, p. 88).

Na década de 1920, surgiu no Brasil a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz (1894 - 1976), marcando um momento crucial. Desde então, muitos eventos moldaram a história, como em 24 de fevereiro de 1932, quando Getúlio Vargas acolheu o voto feminino sem condições excepcionais. Essa decisão permitiu que as mulheres votassem e fossem votadas (MARQUES, 2019, p. 109).

Mais adiante, em meados da década de 1960, o golpe militar silenciou os movimentos feministas existentes na época. No entanto, mesmo sob esse regime autoritário, surgiram movimentos de mulheres que apoiavam os militares e organizaram a conhecida "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (GARCIA, 2015, p. 21). Paralelamente, diversos grupos continuam engajados em resistir à ditadura e buscar transformações na sociedade.

Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas. Diferentemente das décadas de 1910 e 1920, agora as denúncias

destes crimes escondidos na e pela família tornaram-se públicos. (BLAY, 2003, p.91)

Como referenciado no tópico acima, foi em meados do final da década de 1979 que movimentos feministas de mulheres com deficiência e também cuidadoras iniciaram um movimento político sobre o cuidado⁵ que contrapôs o modelo médico.

Esse movimento também encenou a campanha da ‘Década da Reabilitação’ (1970-1979) promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em prol da criação de mais centros de reabilitação e oportunidades educacionais (Brasil, 2010). Trata-se da primeira geração que emergiu simultaneamente ao surgimento e fortalecimento do chamado movimento feminista de ‘Segunda Onda’. (Guia Feminista Helen Keller, 2020, p. 30)

Posteriormente, na década de 80, após reorganização partidária, criou-se o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, e, em 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), que mesmo organizados por mulheres, não bastavam, pois a criação de um sistema machista estimulou com que as mesmas agissem conforme os padrões. Como afirma Blay (2003, p.92), “alterar essa relação de subordinação de gênero foi o início de uma revolução parcialmente bem-sucedida nos papéis sociais. Os crimes de gênero continuaram”. E de fato é algo que ainda perpassa ano após ano.

Por volta da década de 90, com o surgimento da internet e os avanços tecnológicos, os movimentos de luta feminista tiveram de se inserir nesse novo contexto, “com as potencialidades comunicativas da era digital, o feminismo passa a perceber no ambiente virtual um lugar de práticas e expressões coletivas, antes desconhecidas, com novas significações e endereçamentos múltiplos” (TOMAZETTI, 2015, p.5). Desse modo, os avanços tecnológicos possibilitaram um novo meio de comunicação e debate sobre a temática, em concordância com Vieira:

Ao buscar a interface entre a Comunicação e o Feminismo, tais pesquisas têm como premissa o fato de que ambos os saberes estão intrinsecamente entrelaçados. Reconhece também que, nas lutas pela emancipação da mulher, a mídia tem exercido uma função importante, prestando um papel incontestante nessa trajetória que vai dos meios impressos, passando pelos analógicos até os digitais, seja no cenário nacional ou internacional. (2016, p.63)

⁵ “O conceito de interdependência e o cuidado são temas centrais na contribuição feminista das teóricas do Modelo Social da Deficiência para a garantia da qualidade de vida das pessoas com deficiência, sobretudo, daquelas que necessitam receber cuidados de longo prazo.” (Guia Feminista Helen Keller, 2020, p. 39)

Dessa maneira, a presença de movimentos feministas na internet proporciona mais possibilidades de discussões pouco pontuadas em debates públicos, possibilitando que mais mulheres possam tomar conhecimento sobre as pautas trabalhadas. Como aponta o Coletivo, a partir de 2011 nota-se o crescimento de coletivos ou movimentos de mulheres com deficiência, como por exemplo os citados no Guia Feminista Helen Keller (2020, p. 30):

Coletivo de Mulheres com Deficiência do Distrito Federal, Coletivo Feminista Helen Keller, Grupo Inclusivass, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Ceará, Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás, dentre outras.

Sendo assim, as mídias digitais tornam-se espaços para integração desses grupos em diferentes localidades, possibilitando a partilha de experiências dos diferentes grupos sociais e facilitando o acesso à informação. Desse modo, partimos para quem foi Helen Keller e a criação do coletivo que carrega seu nome.

2.4 Helen Keller e a Criação do Coletivo

Antes de adentrarmos propriamente no contexto do Coletivo, precisamos compreender quem foi Helen Keller e qual sua contribuição e importância para a criação do mesmo. A história de Helen Keller, como também a de quem o forma, está no Guia Feminista Helen Keller (2020) organizado pelas mulheres do coletivo.

Mas, afinal, quem foi Helen Keller? Helen Adams Keller nascida no dia 27 de junho de 1880, no Alabama, Estados Unidos, foi uma sufragista (lutou pelo voto feminino) que, além de discursar para a classe trabalhadora e defender o socialismo na época, também é autora de 12 livros. Helen, nascida de uma família de boas condições financeiras, proveniente de plantações de algodão, com apenas 1 ano e 6 meses contraiu uma doença chamada “febre cerebral”, que causou altas temperaturas, deixando-a sem a visão e a audição. Devido à dificuldade para se comunicar por conta das complicações que a doença causou, ela passou a ser considerada uma criança mal educada e rebelde pelo restante da família. Mesmo que aos 7 anos de idade tenha desenvolvido uma língua própria com mais de 60 sinais, Helen ainda se sentia frustrada, pois, mesmo com seus esforços, seus sinais ainda não eram suficientes para se comunicar com a família.

Após sua mãe, Katherine Adams Keller, ler uma matéria sobre a menina Laura Bridgman, uma criança surdocega que havia aprendido uma nova técnica de educação pela qual conseguiu se comunicar de forma bem sucedida, Helen e seu pai, Arthur H. Keller, partem na busca de profissionais que poderiam auxiliá-la utilizando do mesmo método, foi então que encontraram o Instituto Perkins para cegos em Boston, onde Michael Anagnos passa a menina para os ensinamentos da recém formada pelo Instituto, Anne Sullivan.

Juntas, mesmo com a dificuldade em se comunicar com a família, o que acabava atrapalhando o aprendizado da menina, Anne exige que as duas vivam isoladas por um tempo para que então possa ensinar Helen.

A professora passou dias tentando que Helen fizesse a conexão entre objetos e as letras e, depois de inúmeras tentativas, Sullivan colocou uma mão da criança na água fria, enquanto na outra, soletrava a palavra ‘água’. Finalmente, a aluna entendeu e repetiu a sequência das letras na mão de sua instrutora. Não sendo suficiente, Helen começou a tocar em todos os objetos pedindo para a professora ensinar o nome de tudo. No final do dia, ela já tinha aprendido 30 palavras. (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p.13)

Após grandes avanços no aprendizado, Helen passou a tomar gosto pela literatura e interessar-se ainda mais no aprendizado, se tornando uma mulher inteligente e muito popular entre os grandes nomes da sociedade da época, o que acarretou em inúmeros elogios, mas, com seus questionamentos e críticas ao modelo capitalista e suas falas sobre o socialismo, também acabou recebendo diversos comentários maldosos.

Apesar disso, Helen Keller teve muitas realizações e recebeu muitas honrarias, como a Theodore Roosevelt Medalha de Serviços Distintos (1936), Medalha Presidencial da Liberdade (1964), entrou para o National Women's Hall of Fame (1965) foi eleita como uma das Mulheres da Fama da Câmara Municipal (1965). Ademais, recebeu honorários graus de doutorado da Temple University, da Universidade de Harvard, Glasgow, na Escócia, em Berlim, Alemanha, Delhi, Índia, e de Witwatersrand. Além disso, foi nomeada como Membro Honorário do Instituto de Educação da Escócia. (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, p.14, 2020)

As conquistas de Helen foram inúmeras e em 1953 ela foi nomeada ao Nobel da Paz. Após 15 anos da sua nomeação, em 1968, no dia 1º de junho, Helen Keller vem a falecer, deixando seus 88 anos de muita persistência e determinação em seus trabalhos, além de esperanças para inúmeras mulheres com deficiência, que estão em busca de proporcionar e garantir seu espaço na sociedade.

Fundado no dia 21 de setembro de 2018, o Coletivo Feminista Helen Keller, organizado por um grupo de

mulheres com deficiência que sentiu dificuldade em pontuar a diversidade de nossos corpos dentro do movimento feminista e de mulheres, como também o reconhecimento da importância do gênero na vivência da deficiência no movimento de pessoas com deficiência. (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p.9)

A data escolhida para a fundação do Coletivo se deve ao fato de “ser o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência⁶, que surgiu por iniciativa do movimento de pessoas com deficiência e, pela proximidade com a primavera, simboliza a renovação” (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p.9) O Coletivo

⁶ “Um dos grandes responsáveis pela data de resistência foi Cândido Pinto de Melo, militante na luta pela democracia e pela inclusão das pessoas com deficiência. Cândido sofreu um atentado que o tornou paraplégico em 1969, enquanto presidia a União Estadual dos Estudantes de Pernambuco (UEP). A resistência à ditadura militar, que o levou a vivenciar a deficiência, também lhe ensinou sobre a importância da luta organizada, a busca pela inclusão e participação plena na sociedade.” (GUIA FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p.9)

Feminista Helen Keller⁷ (CFHK) atualmente é composto por mais de 50 integrantes que estão nas 5 regiões do país.

O Coletivo é exemplo de um grupo de mulheres que se dedicam a questões do feminismo relacionada às mulheres com deficiência, trata-se de um grupo que busca oferecer, através das mídias, suas perspectivas únicas sobre como suas vivências e relatos se entrelaçam na busca de uma sociedade mais justa e igualitária a partir das suas visões de mundo.

⁷ O CFHK possui diversas plataformas digitais, como: página no Facebook, com 3,2 mil seguidores; página no Instagram, com 7,2 mil de seguidores; no Twitter com 55 seguidores; o Blogger com 3.300 seguidoras(es) e o canal no Youtube com 405 inscritos e 2 mil visualizações. Acesso em: 09/10/23.

2.5 Cidadania e a Cidadania Digital

Tanto a cidadania como a cidadania digital são termos muitas vezes definidos pelo senso comum como o livre exercício de direitos e deveres que cada cidadão exerce em uma sociedade para constituir-se como cidadão pleno, além da responsabilidade e uso consciente da tecnologia. Porém, o que buscamos neste trabalho é compreendermos a cidadania e a cidadania digital relacionadas a outros sentidos que estes termos carregam ao longo da história e a sua relação com o Coletivo Feminista Helen Keller.

Cidadania Digital é um termo que tem ganhado cada vez mais destaque nos últimos tempos, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos. Quando realizada uma breve pesquisa acerca de *cidadania digital* no *Google* são encontrados aproximadamente 49.100.000 resultados com diversas definições para o termo, mas, para trazermos algumas definições do mesmo, devemos primeiro discutir quais os conceitos de cidadania e como a palavra se originou.

A palavra cidadania na língua portuguesa possuiu diferentes sentidos ao longo da história e ainda possui, a depender de quem a produz e no momento em que produz. Quando pensamos em cidadania logo nos remetemos a frases como: “o direito de ir e vir” ou “exercer o direito de votar” e, claro, são afirmações corretas, porém afirmações rasas que não nos fazem de fato compreender o papel do cidadão e o quê de fato é ser e exercer a cidadania. A palavra cidadania, segundo Oliveira (2004, p.420), originou-se do termo *Citoyenneté* a partir da Revolução Francesa e possui sua semântica fortemente ligada à de cidadão, porém os primeiros escritos linguísticos da palavra só vêm a surgir no início do século XX, enquanto cidadão possui registros desde o século XII, visto que a palavra cidadão remete àqueles que moravam em cidades.

Mas o que devemos observar com essa tão recente abordagem da palavra? Trata-se de compreendermos que a palavra começa a surgir a partir do século XX com o avanço da mídia e da pesquisa acadêmica, em que os debates e discussões sobre o exercício da cidadania começam a surgir enquanto cidadania ativa, conforme abordado por Patrícia Reis no texto “A comunicação como estratégia para a participação do cidadão no estado democrático de direito”, onde ela aponta que, para esta participação ativa do cidadão enquanto parte de uma sociedade, é

“necessário que os indivíduos tenham cada vez mais acesso aos direitos de cidadania civis, políticos e sociais” (REIS, 2011, p.153).

E, para isso, não basta somente interesse do indivíduo em participar, mas sim um interesse e compreensão por parte do governo de que é fundamental para uma sociedade mais democrática a participação dos indivíduos, gerando cidadãos consumidores. Outro tema abordado pela autora, que nos faz refletir sobre um novo sentido para a palavra, que, ao remeter o cidadão enquanto agente consumidor não somente de organizações privadas, passa a nos apresentar o cidadão enquanto consumidor de um governo e questionador dos processos de gestão das organizações públicas, observando que a cidadania vai além da mera existência legal, abrangendo uma igualdade de oportunidades, no acesso à política, à justiça, além da participação social e, um dos pontos principais, o respeito aos direitos básicos do ser humano.

A cidadania digital surge com os avanços do uso das tecnologias e do desenvolvimento da internet, muito se fala que vivemos em uma era digital e que com os avanços da internet nos últimos anos aumentaria o acesso a informações e facilitaria ainda mais a disseminação de conteúdos. Para Neves:

A Internet permitiu o acesso a um extenso manancial de informação e facilitou uma rápida comunicação (assíncrona e síncrona) a baixo custo. É o símbolo de uma nova Era, a Sociedade da Informação e do Conhecimento, a Sociedade em Rede, entre outras nomenclaturas. Novas dimensões e apropriações de espaço e tempo surgem, pois a mobilidade e a ubiquidade das Tecnologias de Comunicação (TIC) fazem diminuir constrangimentos espaço/temporais. (2010, p. 147)

Nesse sentido, compreende-se que de fato com o avanço tecnológico inúmeras possibilidades sociais, políticas e culturais se abriram, mas também é importante considerar que, como igualmente afirmado pela autora, devido à globalização de era digital gerou-se um movimento de sociedade individual em rede, dessa forma, “Internet contribui fortemente para este novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo, embora evidentemente outros fatores tenham concorrido para o individualismo em rede” (NEVES, 2010, p.147), ou seja, foram diversos fatores que contribuíram para o indivíduo começasse tomar por escolha quais redes e quais grupos sociais pretende fazer parte.

Com o surgimento das redes sociais e de canais de busca de informações e conhecimentos online, pode-se perceber uma colaboração em larga escala das

novas tecnologias com a sociedade, tornando então a internet uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e exercício da cidadania no ambiente digital, de modo que facilitou o compartilhamento de informações coletivas.

Assim, podemos compreender a relação da cidadania digital com o Coletivo como uma forma de promover a igualdade. Afinal, não é possível discutir sobre as ações de um coletivo feminista para mulheres com deficiência nas mídias digitais sem abordarmos cidadania digital. Como apontado por Peruzzo, ao sinalizar que, em meados das décadas de 1980 e 1990, movimentos sociais e organizações sem fins lucrativos, ao perceberem-se ausentes nas representações de seu modo e de vida pelas grandes mídias, forjam uma comunicação própria que visam à transformação do social (2007, p.52), em outras palavras, pode-se compreender a atuação do Coletivo como a necessidade dessa representação do movimento de mulher com deficiência nas mídias sociais.

3 METODOLOGIA

3.1 Análise do Discurso

A Análise de Discurso (AD) fundamentada na linha de estudo francesa de Michel Pêcheux tem como base três pilares: língua, sujeito e história, os quais serão o suporte para esta análise.

A AD pecheuxtiana busca compreender como os discursos materializados em textos são proferidos, circulam e são produzidos em diferentes contextos sociais. Segundo Orlandi (2001, p.15), a língua na AD vai além dos conceitos gramaticais, embora seja algo que lhe interesse, isso porque é o discurso que mais importa, visto que “o discurso é assim palavra em movimento, partindo de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, ou seja, enfatizar a importância da produção do discurso incluindo aspectos políticos, ideológicos e sociais na constituição do homem e sua história.

Na AD, o sujeito, interpelado pela ideologia, passa a assumir uma posição-sujeito se tornando agente do que diz, ou seja, ele toma essa posição-sujeito filiando-se a determinados discursos, e esses processos são movidos pelo inconsciente através do esquecimentos que, segundo Orlandi (2001, p. 35), atuam de duas formas.

O esquecimento número 2 é o esquecimento da enunciação, pois nem sempre temos consciência do que está sendo dito, visto que o que pode ser dito de uma maneira, igualmente poderia ser dito de outra maneira, porém no imaginário social acredita-se que há uma conexão explícita com o pensamento. O 1º esquecimento, também denominado de esquecimento ideológico, está estritamente ligado com o modo como a ideologia afeta os sujeitos, isto é, o indivíduo interpelado pela ideologia passa a ter a ilusão de que originou o que se diz, quando na realidade os discursos contém sentidos pré-existentes, como afirmado por Orlandi “não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isso quer dizer?” (2001, p.45).

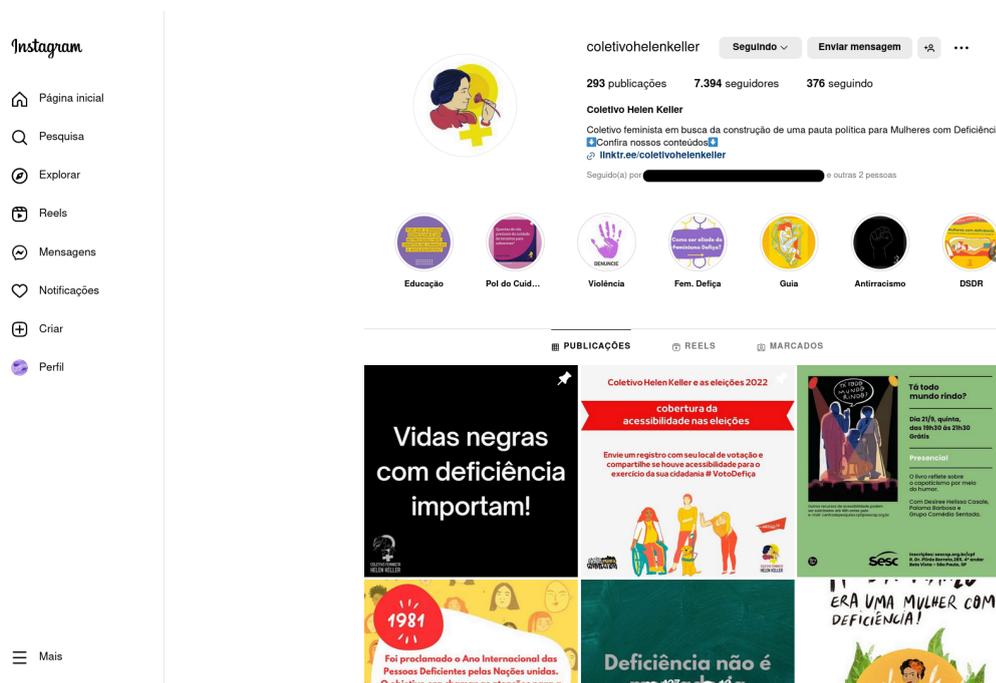
Junto a isso, temos as relações de força e sentido, como apresentado por Orlandi, “os discursos resultam de relações” (2001, p.39), ou seja, as relações de sentido referem-se a outros discursos e sentidos, afinal “todo discurso se estabelece

na relação com um outro discurso anterior e aponta para outro” (2001, p.62). Já as relações de força referem-se ao fato de que o “lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (2001, p.39), isto é, trata-se da posição que o sujeito assume para proferir tal discurso, afinal ao assumir tal posição seus discursos exercem uma função e não outra, como no exemplo apresentado pela autora em que “a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno”.

Outro conceito da AD que mobilizamos durante as análises é o de formação discursiva (FD), que, segundo Orlandi, retomando a definição de Pêcheux, se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito (2001, p.43). Desse modo, podemos compreender que as formações discursivas constituem-se pelas posições que os sujeitos interpelados pela ideologia assumem, é através dessas posições que as palavras e os discursos vão gerar e produzir sentido, afinal “os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua”. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas.” (ORLANDI, 2001, p.44)

Diante disso, para entrarmos propriamente na análise do discurso feminista de mulheres com deficiência, tomamos como base os conceitos de formação discursiva e posição-sujeito para compreendermos como o discurso do Coletivo, materializado em textos e publicações, pode materializar determinada posição e não outra, e a importância de assumir tal posição dentro desse movimento feminista de mulheres com deficiência.

4 ANÁLISE



O perfil do Coletivo Feminista Helen Keller do qual são retirados os recortes para esta análise encontram-se na plataforma do Instagram. Na data de escolha (09/10/2023) dos recortes, o perfil possuía cerca de 7.394 seguidores, com 293 publicações que vão para além de 1.000 curtidas.

Para essa análise, foram selecionados três recortes buscando apresentar a posição do Coletivo Feminista Helen Keller nas mídias sociais em relação à violência sofrida por mulheres com deficiência. O recorte 1 trata de violência vivenciada cotidianamente por mulheres com deficiência, o 2 traz relatos sobre a violência em relação ao corpo da mulher com deficiência, e o 3 aborda sobre a violência estrutural presente no ensino brasileiro, que segrega pessoas com deficiência.

4.1 Recorte 1 (violências cotidianas)



“Agosto Lilás” é uma campanha nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher. Por reconhecermos a necessidade e urgência de pontuar a violência contra as mulheres com deficiência, construímos uma série de cards para ilustrar situações recorrentes de violência sofridas por nós.

[#audiodescrição](#) postagem em carrossel com 8 cards coloridos em amarelo, preto e branco com o texto: “Aviso gatilho. Quem são nossos agressores? Como você se relaciona com mulheres com deficiência? Conhece alguém que precisa refletir sobre isso? Arraste para o lado e confira. Pare de me discriminar por eu ser mulher. Pare de me desvalorizar por eu não estar dentro do padrão. Pare de me ignorar só porque você não me enxerga como mulher. Pare de me violentar porque preciso do seu cuidado. Pare de me tocar sem minha permissão. Pare, simplesmente pare, com qualquer tipo de opressão. Denuncie, Disque 180, baixe o app Direitos Humanos Brasil”, logo abaixo, logo do Coletivo Helen Keller.

Nesta publicação, temos como destaque o primeiro card em amarelo, cor que muitas vezes é utilizada em placas e cartazes como um sinal de alerta, o card

destaca na parte superior da imagem um aviso de gatilho e na sequência três perguntas na cor lilás. Como trata-se de um carrossel de cards⁸, nos seguintes, contêm somente as frases em lilás com o fundo em preto. É a partir da legenda que podemos compreender que a utilização do lilás nas frases refere-se à campanha nacional do “Agosto Lilás” pelo combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Coletivo procura trazer nos cards posteriores, como foco principal, as frases, que, com grande impacto, buscam representar situações recorrentes no cotidiano de mulheres com deficiência.

No primeiro card, é possível compreender que as três perguntas são direcionadas a diferentes públicos. Na primeira pergunta, dá-se a entender que o direcionamento é em relação às mulheres com deficiência, onde o coletivo se inclui, ao utilizar o pronome possessivo “nosso” dentro da pergunta, já nas outras duas perguntas o direcionamento da questão se dá ao interlocutor, que pode ser ou não uma pessoa com deficiência.

Nos cards posteriores, que contêm o fundo em preto e as frases em lilás, observamos que as frases novamente são direcionadas ao interlocutor, porém na forma de afirmação/ordem.

Desse modo, ao analisarmos os cards em preto, podemos observar a sequência de utilização do verbo “*pare*” em todo início das frases, trazendo para o texto a expressão de ordem e/ou pedido – como citado acima – nos remetendo que em discurso de outros, ou seja, discursos esses que muitas vezes podem vir ou não de pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência. Nesses discursos, nota-se que há um lugar de opressão, de superioridade, de perseguição em relação ao corpo da mulher com deficiência, funcionamento que podemos associar com as *relações de força* de Orlandi, afinal há um sentido nesse discurso do outro que exerceu essa relação de superioridade e que aqui dentro dessas frases o Coletivo busca apagar, em suma “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (2001, p.39).

Outro trecho que buscamos destacar da legenda diz: “*construímos uma série de cards para ilustrar situações recorrentes de violência sofridas por nós*”, podemos perceber que novamente o Coletivo se integra ao discurso para relatar que tratam-se

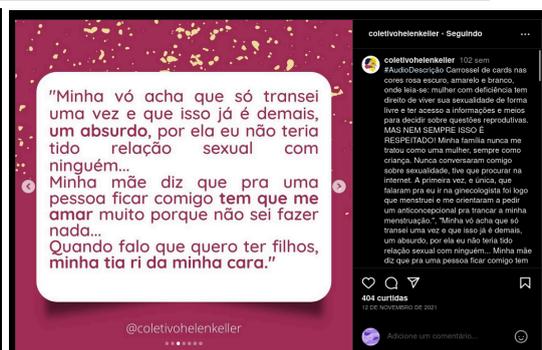
⁸ Cards são cartões (ou superfícies) que contêm conteúdo e ações diversas sobre um único assunto (ou tópico). Disponível em: <<https://www.gov.br/ds/components/card?tab=designer>>. Acesso em: 01/07/2024.

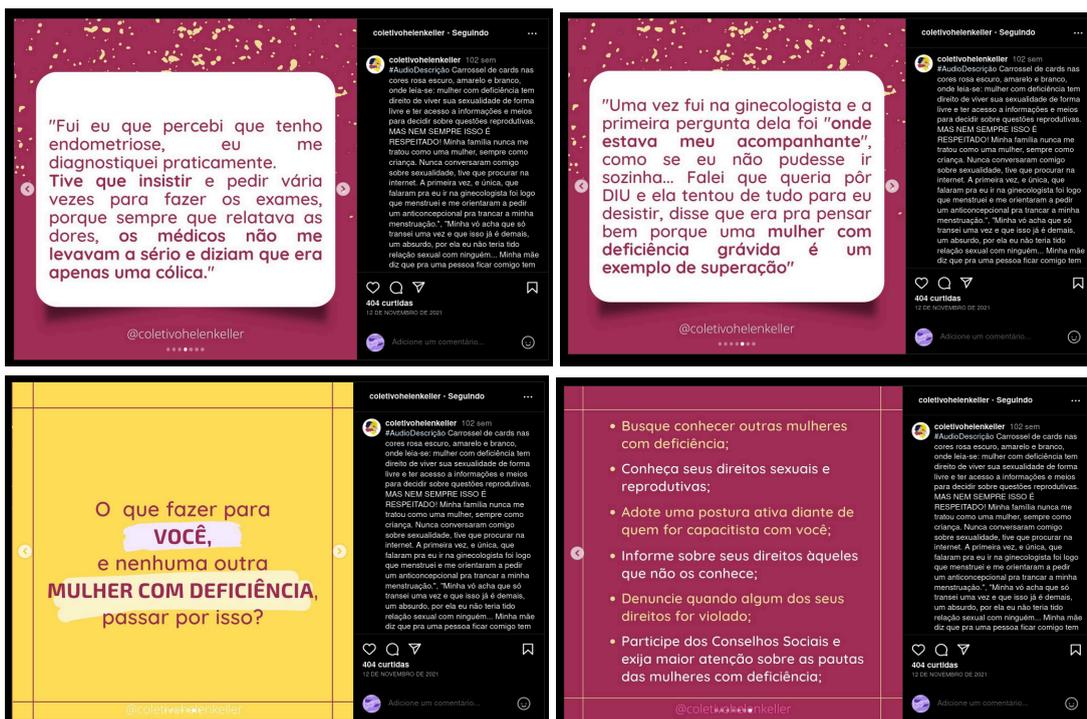
de momentos recorrentes sofridos por essas mulheres, ou seja, vemos que através dessas frases imperativas, há um lugar de pedido/ordem sobre essas práticas.

O Coletivo busca, a partir disso, se impor sobre esse discurso opressor, atribuindo esses dizeres a discursos já ditos. Na AD, os discursos já ditos estão no que chamamos de interdiscurso, e o que o Coletivo busca através da utilização do “Pare” é contrapor esses sentidos através da memória, como afirma Pavan lendo Indursky (2011): “a memória discursiva torna possível, portanto, a recuperação dos sentidos do interdiscurso, mas não quaisquer uns – se no interdiscurso todos os sentidos são possíveis, a memória fisga apenas alguns” (2017, p. 162), ou seja, sentidos esses que dentro do movimento de mulheres com deficiência precipita sentimentos e sensações desagradáveis e de opressão sobre essas mulheres.

4.2 Recorte 2 (relatos pessoais)

Para esta análise, busquei trazer um post que traz relatos cotidianos vividos por mulheres com deficiência.





#AudioDescrição Carrossel de cards nas cores rosa escuro, amarelo e branco, onde leia-se: mulher com deficiência tem direito de viver sua sexualidade de forma livre e ter acesso a informações e meios para decidir sobre questões reprodutivas. MAS NEM SEMPRE ISSO É RESPEITADO! Minha família nunca me tratou como uma mulher, sempre como criança. Nunca conversaram comigo sobre sexualidade, tive que procurar na internet. A primeira vez, e única, que falaram pra eu ir na ginecologista foi logo que menstruei e me orientaram a pedir um anticoncepcional pra trancar a minha menstruação. "Minha vó acha que só transei uma vez e que isso já é demais, um absurdo, por ela eu não teria tido relação sexual com ninguém... Minha mãe diz que pra uma pessoa ficar comigo tem

"Fui eu que percebi que tenho endometriose, eu me diagnostiquei praticamente. Tive que insistir e pedir várias vezes para fazer os exames, porque sempre que relatava as dores, os médicos não me levavam a sério e diziam que era apenas uma cólica."

"Uma vez fui na ginecologista e a primeira pergunta dela foi "onde estava meu acompanhante", como se eu não pudesse ir sozinha... Falei que queria pôr DIU e ela tentou de tudo para eu desistir, disse que era pra pensar bem porque uma mulher com deficiência grávida é um exemplo de superação"

O que fazer para VOCÊ, e nenhuma outra MULHER COM DEFICIÊNCIA, passar por isso?

- Busque conhecer outras mulheres com deficiência;
- Conheça seus direitos sexuais e reprodutivos;
- Adote uma postura ativa diante de quem for capacitista com você;
- Informe sobre seus direitos aqueles que não os conhece;
- Denuncie quando algum dos seus direitos for violado;
- Participe dos Conselhos Sociais e exija maior atenção sobre as pautas das mulheres com deficiência;

#AudioDescrição Carrossel de cards nas cores rosa escuro, amarelo e branco, onde leia-se: mulher com deficiência tem direito de viver sua sexualidade de forma livre e ter acesso a informações e meios para decidir sobre questões reprodutivas. MAS NEM SEMPRE ISSO É RESPEITADO! Minha família nunca me tratou como uma mulher, sempre como criança. Nunca conversaram comigo sobre sexualidade, tive que procurar na internet. A primeira vez, e única, que falaram pra eu ir na ginecologista foi logo que menstruei e me orientaram a pedir um anticoncepcional pra trancar a minha menstruação. "Minha vó acha que só transei uma vez e que isso já é demais, um absurdo, por ela eu não teria tido relação sexual com ninguém... Minha mãe diz que pra uma pessoa ficar comigo tem

Neste carrossel, o Coletivo busca trazer uma sequência de relatos posteriores ao card em que apresenta a frase: *"Toda mulher com deficiência tem direito de viver sua sexualidade de forma livre e ter acesso a informações e meios para decidir*

sobre questões reprodutivas. **MAS NEM SEMPRE ISSO É RESPEITADO!**". Ao utilizar a conjunção adversativa (mas) nos reafirmando que nem sempre esses direitos são respeitados, o Coletivo nos evidencia que há discursos de opressão em relação às mulheres com deficiência, os quais ignoram qualquer liberdade individual da mulher com deficiência. Além disso, a utilização do "mas" traz a relação entre duas formações discursivas (FD), definidas como "aquilo que numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito" (Orlandi, 2001, p. 43). Essas formações que se encontram evidentes na legenda são o que podemos nomear como *Formação Discursiva Feminista* e *Formação Discursiva Machista*, pois a utilização do "mas" nesse contexto em que a traz essa marca discursiva, deixando claro duas posições-sujeito distintas nesse contexto.

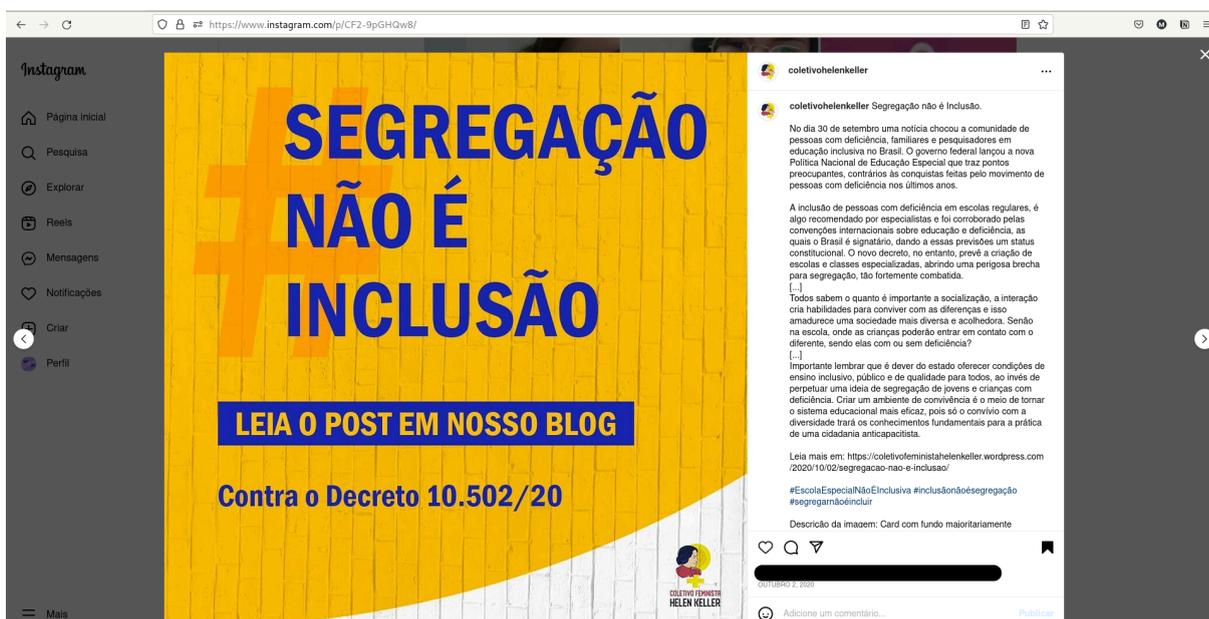
Outro ponto a ser analisado é a utilização da frase: "*toda mulher com deficiência tem direito...*". No discurso feminista a luta por direitos sempre esteve em pauta central, no entanto, devemos compreender que existe uma distinção entre os sentidos que o dizer "direito à sexualidade livre" tem para o movimento feminista em relação ao movimento de mulheres com deficiência.

Ao analisarmos a frase "*direito à sexualidade livre*" na Formação Discursiva Feminista para compreendermos as distinções entre os sentidos devemos levar em consideração as posições-sujeito dentro dessa formação, visto que podemos compreender que existe a posição-sujeito de mulher com deficiência, que, pelos relatos dos cards, o significado de sexualidade livre está atrelado à noção de mulher com deficiência não como criança, mas como mulher adulta, que, como descrito no relato, muitas vezes não são vistas. Assim, quando pensamos sobre a posição-sujeito de mulheres sem deficiência os sentidos atrelados a frase são outros, muitas vezes ligados à livre escolha com quem se relacionar, ou até mesmo sobre debates relacionados a relações sexuais livres.

Esse entendimento encontra-se representado no esquema a seguir:



4.3 Recorte 3 (Violência estrutural presente no ensino brasileiro)



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CF2-9pGHQw8/>

“Segregação não é Inclusão.

No dia 30 de setembro uma notícia chocou a comunidade de pessoas com deficiência, familiares e pesquisadores em educação inclusiva no Brasil. O governo federal lançou a nova Política Nacional de Educação Especial que traz pontos preocupantes, contrários às conquistas feitas pelo movimento de pessoas com deficiência nos últimos anos.

A inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares, é algo recomendado por especialistas e foi corroborado pelas convenções internacionais sobre educação e deficiência, as quais o Brasil é signatário, dando a essas previsões um status constitucional. O novo decreto, no entanto, prevê a criação de escolas e classes especializadas, abrindo uma perigosa brecha para segregação, tão fortemente combatida.

Todos sabem o quanto é importante a socialização, a interação cria habilidades para conviver com as diferenças e isso amadurece uma sociedade mais diversa e acolhedora. Senão na escola, onde as crianças poderão entrar em contato com o diferente, sendo elas com ou sem deficiência?

Importante lembrar que é dever do estado oferecer condições de ensino inclusivo, público e de qualidade para todos, ao invés de perpetuar uma ideia de segregação de jovens e crianças com deficiência. Criar um ambiente de convivência é o meio de tornar o sistema educacional mais eficaz, pois só o convívio com a diversidade trará os conhecimentos fundamentais para a prática de uma cidadania anticapacitista.

Leia mais em: <https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2020/10/02/segregacao-nao-e-inclusao/#EscolaEspecialNãoÉInclusiva> [#inclusionãoésegregação](https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2020/10/02/segregacao-nao-e-inclusao/#inclusionãoésegregação) [#segregarnãoéincluir](https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2020/10/02/segregacao-nao-e-inclusao/#segregarnãoéincluir)

Descrição da imagem: Card com fundo majoritariamente amarelo e extremidade inferior direita branca. Sobre o fundo amarelo, a [#segregaçãonãoéinclusão](https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2020/10/02/segregacao-nao-e-inclusao/#segregaçãonãoéinclusão) em roxo escuro, e os textos "leia o post em nosso blog" e "contra o decreto 10.502/20" também em roxo escuro. No canto direito inferior, sobre o fundo branco, a logo do Coletivo Feminista Helen Keller. Fim da descrição.”

Nesta publicação, o coletivo traz como frase principal da postagem “#Segregação não é inclusão”, na sequência temos a indicação para a leitura da postagem no blog e a declaração “contra o decreto 10.502/20” e finaliza com a legenda dando uma breve explicação sobre do que se trata o decreto e enfatizando a importância da inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares.

Ao que tudo indica, o decreto 10.502/20 - que foi então revogado pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas primeiras decisões depois da posse (decreto 11.370 de 2023)⁹ - previa a criação de ambientes escolares e espaços especializados para pessoas com deficiência, separando-as do convívio e interação com as demais pessoas, o que ocasiona, como citado na legenda da postagem, um espaço propício para a segregação e exclusão corroborando para o capacitismo.

Para analisarmos o recorte acima, devemos levar em consideração as Formações Discursivas presentes nos enunciados: a FD do Coletivo, que é a FD Feminista, em a FD do Governo (materializada pelo decreto). Em jogo nessas duas formações discursivas temos a palavra *não* que traz a negação do discurso de outrem, ou seja, ao trazer a frase “Segregação não é Inclusão” a FD Feminista faz uma negação afirmativa, sendo assim, “o efeito de sentido dessa negação explícita e direta acaba por se constituir como (re)afirmação de saberes inscritos na posição-sujeito em que o sujeito enunciador está inscrito” Cazarin (2013, p.364). Desse modo, ao utilizar *inclusão* no enunciado, o efeito de sentidos que a palavra gera engloba sentidos que a FD do Coletivo nega, ou seja, uma mesma palavra pode produzir diversos sentidos a depender do sujeito que a emprega, afinal como apontado por Pêcheux “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1995, p.161).

Em uma breve pesquisa na internet acerca do significado de inclusão, é possível encontrar diversas definições, um exemplo é a Enciclopédia Significados¹⁰ para a qual “Inclusão é o **ato de incluir e acrescentar**, ou seja, adicionar coisas ou

⁹ Disponível em:

<<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75628-governo-lula-revoga-decreto-de-bolsonaro-sobre-politica-de-educacao-especial-e-medida-e-celebrada>> Acesso em: 27/05/2024.

¹⁰ Disponível em:

<<https://www.significados.com.br/inclusao/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20a%20Inclus%C3%A3o%3A&text=Socialmente%2C%20a%20inclus%C3%A3o%20representa%20um.tipo%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20e%20preconceito.>> Acesso em: 02/06/2024.

peças em grupos e núcleos que antes não faziam parte.” (grifo meu). A partir desse significado, podemos analisar os sentidos que a palavra inclusão produz para o coletivo e para o governo.

No decreto, temos no Cap. V ‘DOS SERVIÇOS E DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL’ os itens: VIII - classes especializadas; X - escolas especializadas; XI - escolas-polo de atendimento educacional especializado; ou seja, podemos compreender com os itens selecionados que, para o governo o processo de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, em especial no ambiente escolar, trata-se de constituir espaços exclusivos e, muitas vezes, excludentes para essas pessoas, sendo elas tratadas e ensinadas de forma distinta de pessoas sem deficiência, o que, como afirmado pelo Coletivo, pode ser definido como um processo de segregação de pessoas com deficiência, definido pelo Dicionário Online de Português¹¹ como: “Distinguir com o propósito de separar ou isolar; evitar aproximação; desunir”. A partir disso, compreendemos a posição contrária do Coletivo em relação ao decreto, visto que afirma em sua legenda que:

A inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares, é algo recomendado por especialistas e foi corroborado pelas convenções internacionais sobre educação e deficiência, as quais o Brasil é signatário, dando a essas previsões um status constitucional. O novo decreto, no entanto, prevê a criação de escolas e classes especializadas, abrindo uma perigosa brecha para segregação, tão fortemente combatida.

Todos sabem o quanto é importante a socialização, a interação cria habilidades para conviver com as diferenças e isso amadurece uma sociedade mais diversa e acolhedora. Senão na escola, onde as crianças poderão entrar em contato com o diferente, sendo elas com ou sem deficiência?

Importante lembrar que é dever do estado oferecer condições de ensino inclusivo, público e de qualidade para todos, ao invés de perpetuar uma ideia de segregação de jovens e crianças com deficiência. Criar um ambiente de convivência é o meio de tornar o sistema educacional mais eficaz, pois só o convívio com a diversidade trará os conhecimentos fundamentais para a prática de uma cidadania anticapacitista.

Tal afirmação nos faz compreender sua posição contrária em relação ao decreto, afinal podemos considerar que para o Coletivo a inclusão significa proporcionar espaços de educação adequados para alunos com deficiência, integrando-os no convívio com os demais colegas, proporcionando e promovendo interações de toda a comunidade escolar.

Outra definição do que vem a ser inclusão na FD do Coletivo - também utilizado pelo mesmo como referência na elaboração do Guia Feminista Helen Keller - está em um estudo realizado pelo Instituto Alana em 2016 denominado “Os

¹¹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/segregacao/>> Acesso em: 25/04/2024.

benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência”¹², nele são analisadas diversas pesquisas a respeito da implementação da inclusão de crianças com deficiência em classes com outras crianças sem deficiência e conclui-se que

configurações inclusivas de ensino podem conferir benefícios substanciais, a curto e longo prazo, para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. A magnitude dos benefícios da educação inclusiva pode variar de um estudo para outro, mas a grande maioria reporta benefícios significativos para os alunos que são escolarizados ao lado de seus pares sem deficiência — ou, na pior das hipóteses, não mostram diferenças entre os estudantes incluídos e não incluídos. (Instituto Alana, 2016, p.27)

Desse modo, podemos afirmar que o coletivo busca ressignificar os sentidos da palavra inclusão, promovendo a reflexão sobre o contexto atual da educação infantil. Sendo assim, é através desse espaço para diálogos e discussões que suas mídias propoem, que o CHK exerce o papel fundamental de mecanismo para uma comunicação popular efetiva.

A seguir, veremos uma síntese dos recortes que foram analisados acima e por fim as considerações finais desta pesquisa.

¹² Disponível em: <<https://alana.org.br/material/os-beneficios-da-educacao-inclusiva/>> Acesso em: 01/05/2024.

4.4 Síntese das análises

No primeiro recorte, em que foi analisada a postagem com os cards para a campanha do “agosto lilás”, destacamos alguns pontos, como *“construímos uma série de cards para ilustrar situações recorrentes de violência sofridas por nós”* evidenciando a violência que mulheres com deficiência sofrem diariamente e utilizando do meio digital para contrapor esses discursos de opressão são impostos sobre essas mulheres. A utilização do verbo “Pare” nas frases exerce a função de imposição a discursos já ditos, que são estabelecidos através da memória, e é através da negação do discurso do outro que podemos entender estar em uma posição de “dominação” que o Coletivo busca combater.

Já no segundo recorte, que traz relatos pessoais de mulheres com deficiência, buscamos analisar três enunciados. No primeiro, temos a utilização do “mas” reafirmando novamente discursos de opressão, como é evidenciado na análise anterior. Temos também os enunciados *“toda mulher com deficiência tem direito...”* e *direito à sexualidade livre* que nos leva a compreender as posições-sujeito existentes em uma única formação discursiva, mais especificamente, a FD Feminista, a qual também abarca a posição-sujeito de mulheres sem deficiência em que os sentidos atrelados à garantia de direitos à sexualidade engloba ‘livre escolha de suas relações afetivas’ ‘liberdade em relação ao seu corpo’, enquanto que para a posição-sujeito de mulheres com deficiência esses sentidos também são importantes, porém o sentidos que se priorizam dentro dessa luta são atrelados a ‘ser reconhecida como uma mulher e não criança’, ‘poder ter uma vida sexual’ e ‘escolher ser ou não mãe’.

Por fim, no terceiro e último recorte, sobre inclusão contra o decreto 10.502/20, destacamos a palavra *“inclusão”* para compreendermos que uma única palavra pode conter diferentes sentidos a depender do sujeito que a diz, nota-se que há no enunciado duas FDs, a FD do Governo, que notoriamente é ao discurso do governo presente no atual momento que se remete, e temos a FD do Coletivo, Feminista, que contrapõe o sentido inclusão que, através do decreto, busca separar pessoas com deficiência do convívio com demais colegas “promovendo classes especializadas, escolas especializadas”, entre outras questões extremamente preocupantes. Além disso, nesse enunciado, outro ponto a se destacar é a presença da negação, evidenciando que os sentidos atrelados à inclusão, que através do

decreto o governo busca trazer, não condiz com a realidade de pessoas com deficiência, ou seja, o Coletivo nega esse discurso do outro que, através da memória, resgata discurso já ditos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conceber esta pesquisa, exploramos vários conceitos para organizar este estudo, o qual se desdobrou em cinco capítulos. A pesquisa bibliográfica nos permitiu compreender nosso objetivo central: entender como o Coletivo Feminista Helen Keller combate a violência de gênero direcionada a mulheres com deficiência no ambiente digital.

Através dessas pesquisas, no primeiro capítulo, realizamos um levantamento de dados sobre a violência de gênero contra mulheres com deficiência e foi possível perceber a necessidade de pautar esta temática, visto que o acesso a informações de dados atuais e precisos são muitas vezes difíceis de encontrar, como também de pesquisas voltadas para o tema.

A partir disso, para respondermos nosso objetivo central, nos apoiamos nos conceitos de RP no terceiro setor, deficiência e violência de gênero, bem como trouxemos um breve contexto do movimento feminista no Brasil e a luta de mulheres com deficiência, abordando também sobre cidadania digital, trouxemos também uma leve apresentação de Helen Keller e a concepção do Coletivo. Diante desses conceitos, foi possível para entendermos o apagamento histórico que mulheres com deficiência vieram a ter tanto na sociedade, como mesmo dentro do movimento feminista e a exigência de um maior protagonismo dessas mulheres. Vendo assim a importância da elaboração deste trabalho, que, além de pontuar sobre esses dados, evidencia a relevância que este grupo deve ter.

No terceiro capítulo, foi abordada a metodologia de pesquisa, em que trouxemos a Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux, retomamos alguns conceitos, como posição-sujeito, formação discursiva, relação de poder e memória discursiva, que foram importantes para a produção das análises dos recortes selecionados.

No quarto capítulo, constituímos as análises através das quais foi possível compreender que o coletivo busca se opor ao discurso opressor que cotidianamente mulheres com deficiência vivenciam, além de acentuar a negação sobre esses discursos. No segundo recorte selecionado, vemos a importância da concepção de um Coletivo para mulheres com deficiência nas mídias digitais, visto que a partir dessa postagem pode-se notar a interação e a possibilidade de fornecer um espaço de escuta para seu público, afinal é através desse espaço que nos possibilitou ligar

a ação que o Coletivo propõe com a cidadania digital, de modo que promovendo este espaço, o coletivo possibilita que mais mulheres sintam-se escutadas e compreendidas. Já no último recorte, ao analisar a contraposição do Coletivo ao decreto em vigor no ano de 2020, pôde-se constatar a importância da AD nesse contexto, compreendendo que uma palavra não carrega um sentido único e singular, mas movimenta inúmeros a depender de quem a diz, como e onde diz.

Sendo assim, podemos considerar que o movimento que o Coletivo traz nas mídias além de promover espaços para pessoas com deficiência, desde a educação até a intensificação de suas vozes, carrega pautas que até mesmo do movimento feminista são silenciadas. Com isso, nota-se a relevância deste trabalho, visto que ao evidenciar essa temática, abre-se portas e espaços para futuras discussões e produções acadêmicas tanto dentro das relações públicas, uma vez que esse profissional dentro dos movimentos sociais pode ajudar a promover tanto a imagem do coletivo, como as ações que são promovidas pelo mesmo, quanto para a Análise do Discurso.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n.49, p. 87-98, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 mai. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Painel de Violência contra Mulheres**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BERNANDES, Vitória; CONSTANTINO, Carolini. **Guia Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania**. Maio, 2020. Disponível em:  Guia Feminista Helen Keller.pdf Acesso em: 23 mai. 2023.

CAZARIN, Ercília Ana. **O funcionamento discursivo da negação e da promessa no discurso religioso**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2-p. 358-370-jul/dez. 2013.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. **Manifesto Coletivo Feminista Helen Keller**. 21/09/2019. Disponível em: <https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2019/09/19/manifesto-coletivo-feminista-helen-keller/> Acesso em: 23 mai. 2023.

CRUZ, Agnes Sofia Guimarães; SILVA, Vitória Régia da. **Por dia, 7 mulheres com deficiência sofrem violência sexual no Brasil**. Gênero e Número, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-sexual-mulheres-deficiencia/> Acesso em: 05 mai. 2023.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do Movimento feminista no Brasil**. 2015 Disponível em: <https://www.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf> Acesso em: 17 mai. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas de dois anos ou mais de idade com e sem deficiência, por sexo, cor ou raça, grupos de idade e classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficien>

[cia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=resultados>](#) Acesso em: 09 jun. 2023.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. (organizadores) **Relações públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora** - São Paulo Summus, 2007

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019

MELLO, Anahí Guedes de. **GÊNERO, DEFICIÊNCIA, CUIDADO E CAPACITISMO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DE EXPERIÊNCIAS, NARRATIVAS E OBSERVAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182556/PASO0431-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 16 jun. 2023.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVtQDLxr7Q4H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 jun. 2023.

NEVES, Bárbara Barbosa. **Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica**. In: MORGADO, Isabel Salema; ROSAS, António. **Cidadania Digital**. Online: LabCom Books, 2010.p.143 - 188. Disponível em: <https://labcom.ubi.pt/ficheiros/morgado-rosas-cidadania-2010.pdf> Acesso em: 05 jun. 2023.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: História e Política de uma palavra**. 2005. Tese (Doutorado) - Curso de Licenciatura de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

ONU MULHERES. **Aceitando o desafio. Mulheres com deficiência: por uma vida livre de violência**. Montevideu, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

REIS, P. C. A comunicação como estratégia para a participação do cidadão no estado democrático de direito. **Organicom**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 145-158, 2011. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2011.139090. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139090>. Acesso em: 29 abril. 2023.

SOUZA, Aline Moreira de; KARNINKE, Tatiana Mascarenhas. **OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO NA PROTEÇÃO À DEFESA DOS INTERESSES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Anais do IV Congresso de Processo Civil Internacional. Vitória, 2019.

TERRA, Carolina Frazon. **Comunicação corporativa digital: o futuro das relações públicas na rede**. 2007. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.27.2007.tde-02072007-144237. Acesso em: 2024-07-03.

TERRA, Carolina Frazon. **Relacionamentos nas mídias sociais (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas?**. ORGANICOM, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 104-117, junho de 2015.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero**. INGENIERÍA EN COMUNICACIÓN SOCIAL: RAZÓN Y PALABRA Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación, 2015. Disponível em: http://old.razonypalabra.org.mx/N/N90/Varia/16_Tomazetti_V90.pdf Acesso em: 23 jun. 2023.

VIEIRA, Vera de Fátima. **Educomunicação pela cidadania das mulheres**. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6072175.pdf> Acesso em: 02 jun. 2023.